

OS DESPEJADOS DA COPA

Sociólogos, urbanistas e advogados ouvidos pelo **Correio** condenam em grande parte a maneira como as desapropriações para os megaeventos esportivos foram feitas e explicam que o principal equívoco foi no início do processo

SEM SOLUÇÃO À VISTA

» AMANDA MARTIMON
ESPECIAL PARA O CORREIO

» FELIPE SEFFRIN
» PEDRO VENANCIO

Brasília, Rio e São Paulo — As acusações dos moradores, que apontaram irregularidades nos processos de desapropriação de moradores em função dos megaeventos esportivos, levantaram pelo menos dois questionamentos fundamentais a respeito do tema: 1) como deveria ter sido feito, afinal? 2) o que ainda é possível fazer para remediar essa ou aquela situação?

Desde sábado, o **Correio Braziliense** publica uma série sobre o tema, ouvindo especialmente aqueles que foram afetados pelas remoções. Na última reportagem dos Despejados da Copa, o jornal se debruçou sobre a opinião de vários especialistas que acompanharam todo o processo e as propostas deles para que se busquem soluções ou caminhos para o futuro. Advogados, arquitetos, sociólogos e integrantes do Comitê Popular da Copa em busca de esclarecimentos e respostas para os problemas que surgiram com as desapropriações.

O sociólogo Carlos Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, é da opinião de que as remoções deveriam ser interrompidas. “É a primeira coisa que precisa ser feita. As pessoas precisam entender que, mesmo quando as pessoas moram em uma situação precária, elas têm uma casa. Todo projeto viário que implique remoção deve ser redesenhado”, argumenta o sociólogo, que cita a cidade de Fortaleza como exemplo de que isso pode ser feito. “Lá, fizeram adequações no projeto do VLT. Eram previstas coisas absurdas, inicialmente projetaram a estação em cima de uma comunidade popular que tinha um terreno baldio ao lado. O objetivo disso? Só podia ser valorizar o terreno baldio para a especulação imobiliária”, critica.

Em relação à desapropriação da Vila Autódromo, no Rio, Vainer define o processo como “escandaloso”. “É uma comunidade legal, com os moradores autorizados a usar a área por 99 anos. Já deram aos moradores vários motivos para a retirada, disseram que é insalubre, que seria para a TransCarioca, estacionamento do Centro de Mídia do Parque Olímpico, ou seja, o motivo real

não é esse”, compara o pesquisador. “Muitas vezes, a população pobre é empurrada ainda mais para a periferia da cidade, onde elas precisam se adaptar a uma realidade com transporte precário e de alto custo.”

Sem necessidade?

Para Giselle Tanaka, urbanista do IPPUR e integrante do Comitê Popular da Copa, as remoções poderiam ser feitas com mais critério. “Na maioria dos casos, não havia necessidade. É lógico que estamos tratando de algumas áreas de risco e entendemos que algumas realocações são necessárias em alguns momentos. Mas o que questionamos é a maneira como as coisas foram feitas”, pondera Giselle, que sugere a urbanização dessas comunidades como o caminho mais adequado.

“Normalmente, a urbanização é mais barata do que a remoção. Precisamos de ações nesse sentido para dar condições dignas à vida dessas pessoas, que viviam há dez, 20 anos nas comunidades. Hoje, a legislação já reconhece o direito à moradia dessas pessoas, que não tiveram outra opção.”



É lastimável. Praticamente em todos os países em que trabalho, há controvérsia sobre os processos e métodos utilizados”

Claudio Acioly Jr, ex-coordenador do Programa das Nações Unidas para o Direito à Habitação e ex-chefe de política habitacional da ONU-Habitat

Felipe Seffrin/CB/D.A. Press



A Favela da Paz, em São Paulo: prejuízo de difícil reparação para os moradores

DIREITOS DUPLAMENTE VIOLADOS

Se feito de maneira adequada, o processo de desapropriação, como esses que boa parte dos moradores denuncia como sendo irregular e desumanizado, poderia trazer amplos benefícios aos atingidos por projetos de reestruturação da cidade. Em entrevista ao **Correio**, o planejador urbano, ex-coordenador do Programa das Nações Unidas para o Direito à Habitação e ex-chefe de política habitacional da ONU-Habitat, Claudio Acioly Jr, explica que o reassentamento é legítimo quando tem, por exemplo, a finalidade de garantir qualidade de vida, mobilidade urbana eficiente e acesso aos serviços urbanos básicos. O problema, para o especialista, está em como e por que as remoções são realizadas.

“É lastimável, mas não é novidade. Praticamente em todos os países em que trabalho, há controvérsia sobre os processos e métodos utilizados. Muitos casos são justificados como ‘de interesse público’. Mas o debate sempre invoca interesses econômicos que se sobrepõem aos interesses sociais, culturais e comunitários”, resume o arquiteto, que alerta que nem sempre os benefícios desses megaeventos chegam à população de baixa renda. “Estudos apontam um processo de ‘gentrificação’ que se traduz como uma ex-

clusão social e expulsão gradual da população com menor poder aquisitivo das áreas mais valorizadas.”

No caso dos Jogos Olímpicos, que concentra as competições em apenas uma sede, os efeitos tendem a ser mais desastrosos, na visão de Acioly Jr., com experiências similares entre as cidades que já receberam o evento. “Uma vez anunciada a cidade sede, começa um processo de especulação imobiliária, com aumento do valor das propriedades e do aluguel. Há ainda a elaboração de planos ambiciosos de revitalização urbana e remodelamento de várias áreas da cidade, com um imediato resultado de ‘gentrificação’ e remoção de populações”, analisa.

A maneira como os despejos têm sido conduzidos no Brasil, com denúncias de moradores sobre coação, pressão psicológica, baixas indenizações, realocações em locais distantes e, por vezes, sem infraestrutura, deixa, segundo a relatora especial da ONU para moradia adequada, Raquel Rolnik, uma herança problemática. “O grande legado socioambiental que a Copa vem deixando para o Brasil dificulta algo que julgamos de extrema importância no planejamento urbano: o Direito à Cidade.”



Há pouca transparência, as comunidades têm imensa dificuldade de obter informação sobre desapropriações. Até nós, que estamos envolvidos, temos dificuldades”

Jefferson Aparecido Dias, procurador regional dos direitos do cidadão substituto, da Procuradoria da República em São Paulo

OPERÁRIO VIVE A ANGÚSTIA DA TERCEIRA REMOÇÃO

Se para muitos brasileiros o fato de perder a própria casa é uma novidade, para Altair Antunes Guimarães, 58 anos, já pode ser considerada uma sina. O operário carioca, que não participou das obras para a Copa do Mundo, vive na comunidade da Vila Autódromo e está ameaçado de remoção, já perdeu a casa duas vezes: em 1967, quando precisou deixar a Cruzada de São Sebastião, no Leblon, rumo à Cidade de Deus, em Jacarepaguá, por causa da construção de prédios, e na década de 1990, quando precisou deixar a Cidade de Deus porque a Linha

Amarela pedia passagem. “Eu ajudei a construir essa cidade e não tenho o direito de morar nela. Passei a vida inteira sendo jogado de um lado para o outro da cidade, feito peteca”, reclama. Ele faz duras críticas à prefeitura, que afirma que haverá instalações para as Olimpíadas no local e por isso as remoções são necessárias. “É sempre assim: o poder público decide que as empreiteiras precisam ganhar mais dinheiro, e eu fico sem lugar para morar”, analisa o operário, que deseja permanecer no local.

PROCURADOR CONDENA DESCASO

São Paulo — A falta de informação é um problema grave nas obras que envolvem a remoção de comunidades carentes para a realização da Copa do Mundo, de acordo com Jefferson Aparecido Dias, procurador regional dos direitos do cidadão substituto, da Procuradoria da República em São Paulo. “Há pouca transparência, as comunidades têm imensa dificuldade de obter informação sobre desapropriações. Até nós, que estamos envolvidos, temos dificuldades”, analisa. “Não está claro qual obra é da Copa e qual não é. Vários órgãos públicos atuam e há indefinição

sobre quem é responsável pelo que, se estado ou o município. Acho até que é proposital. Ela acaba dificultando a defesa dos direitos humanos”, critica.

Para Jefferson Dias, o processo das obras para a Copa que exige a remoção de comunidades inteiras está equivocado. “O ideal seria que houvesse consulta e participação popular prévia, e que a população pudesse acompanhar o processo do início ao fim, com acesso à informação. Mas não há o mínimo de consideração com as pessoas, há um certo descaso com as comunidades carentes”, afirma Dias.

» Três perguntas para

Ventura Alonso Pires, advogado especialista em desapropriações

Como funciona o processo de desapropriação urbana?

A Constituição determina que a indenização seja justa e prévia, por necessidade pública e interesse social. A indenização tem que ter valor de mercado, para que o desapropriado possa adquirir um imóvel semelhante, e ser depositada em juízo antes da desapropriação. O proprietário pode aceitar ou discordar na Justiça.

Como os casos correm na Justiça?

Se há discordância de valores, o expropriante entra com uma ação contra o expropriado, apresenta seu laudo ao juiz e deposita o valor em juízo. O juiz cita o expropriado no processo e determina que um perito de confiança faça um laudo provisório com nova avaliação. Geralmente o juiz dá o despacho conforme o laudo do perito. O expropriante precisa depositar o restante do valor em juízo. Feito isso, o expropriado pode levantar até 80% do montante. O restante é contestado pelo órgão expropriante, que pode entrar com recursos, o que requer um laudo definitivo, mais trabalho, que pode até aumentar o valor da indenização. Em geral, esse processo leva ao menos seis meses.

Por que há tanta diferença entre as avaliações das prefeituras e da Justiça?

Há muita discussão porque os valores das ofertas iniciais muitas vezes estão aquém da realidade. O imóvel vale R\$ 1 milhão, e o órgão expropriante oferece R\$ 200 mil. Depende do interesse de cada órgão. Infelizmente, a tendência é subavaliar os imóveis, ainda mais após a valorização expressiva dos imóveis nos últimos cinco anos.